

Sonho da terra legalizada dura pouco

Governo deve vetar projeto de lei que regulariza invasões. Secretária de Habitação teme que haja injustiças

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

As derrubadas de barracos no Distrito Federal continuam normalmente, inclusive nas quadras 404, 601, 602 e 609 de Samambaia, que seriam regularizadas pelo projeto de lei, de autoria do distrital Adão Xavier (PPB), aprovado na Câmara Legislativa. Se for sancionada, a lei beneficiará 220 lotes ocupados por invasões. Mas o governador Joaquim Roriz deve vetá-la.

“Esse tipo de regularização não deveria acontecer nunca por projeto de lei. A avaliação tem sempre de ser de governo, para não cristalizar irregularidades. Se a lei for sancionada, corremos o risco de cometer injustiças”, afirma a secretária de Habitação, Ivelise Longhi. Segundo ela, o projeto não está “condizente com a política do governo” e ainda gera falsa expectativa nas famílias que estão nessas quadras.

Ela lembra a pesquisa de opinião feita com 760 pessoas que participaram semana passada do seminário

de Habitação, no Centro de Convenções. “A sociedade está aprovando a política do governo, de eliminar as invasões e de punir quem estiver invadindo”, diz. A pesquisa aponta que os invasores reincidentes devem perder 50% da pontuação no cadastro do Idhab ou ser impedidos de participar de qualquer programa de interesse social.

“Não posso concordar com esse tipo de projeto que regulariza lotes de pessoas em detrimento de outras que estão aguardando. Não são nem ocupações históricas”, justifica. A secretária pediu um levantamento das áreas indicadas no projeto aos técnicos da Terracap e do Instituto de Desenvolvimento Habitacional. “Quero saber se esses lotes já não estão reservados para outros programas habitacionais.”

O deputado Adão Xavier teve um dia tumultuado ontem. A todo momento precisava dar explicações sobre o projeto de lei, até mesmo a colegas da própria bancada que votaram pela aprovação. “Estou aqui para trabalhar com seriedade, para ajudar. O projeto é claro. Só vai be-

neficiar quem está na área (quadras 404, 601, 602 e 609), mas mora há mais de cinco anos no Distrito Federal e tem inscrição no Idhab”, defende o distrital.

Só que essas quadras, como revelou o **Correio** na edição de ontem, estão repletas de invasores que chegaram recentemente ao local, principalmente depois da posse do governador Roriz. Muitas famílias são evangélicas da Assembléia de Deus, a mesma igreja do deputado Adão Xavier. “Que eles estão ilegais, estão. Mas não dá para matar todo mundo e jogar num buraco. Estou tentando uma solução. Não criei essa situação”, argumenta.

Xavier acredita que ao regularizar a situação das 220 famílias que invadiram lotes em Samambaia estaria “enxugando a lista” do Idhab. “Elas terão o nome cortado”, afirma. Mesmo que tenham passado na frente de outras famílias inscritas na lista do Idhab, mas que preferiram não invadir, obedecendo a orientação do governo. “Lá (nessas quadras), os lotes já estão criados. É diferente de quem está invadindo o espaço para uma praça.”

Para a secretária de Habitação, a argumentação de Xavier não convence. E a determinação é de que todas as invasões em Samambaia sejam erradicadas. O administrador José Adenauer Aragão Lima diz que só espera a autorização do governo para a derrubada dos 800 barracos espalhados por seis invasões na cidade. “Não temos fiscais em número suficiente. Tem de ser uma operação organizada pelo Sivsolo (Serviço de Vigilância do Solo)”, explica.

UNANIMIDADE

Além do apoio maciço da bancada governista, o projeto de Xavier ainda teve os votos dos deputados do PT. Foram 20 votos a favor e quatro abstenções. O deputado Wasny de Rore foi favorável à aprovação. No entanto, o deputado revelou desconhecimento da realidade nas quadras. E admitiu conhecer somente a QR 602.

“Defendo as ocupações históricas. Há cerca de cinquenta famílias que estão na 602 desde o início do governo Cristovam Buarque (ou seja, desde 1995)”, justifica o petista. Wasny também não acha que a oposição errou em não oferecer resistência ao projeto de Xavier. “Não acho que a aprovação do projeto vai abrir precedente para regular outras invasões. Isso depende de quem administra”, desconfia.

A líder do PT na Câmara, deputada Maria José Maninha, também votou pela aprovação do projeto de Xavier. Por dois motivos, segundo ela. “Aquelas pessoas (os invasores) já são conhecidas nossas e estão dentro dos critérios do Idhab. E outra coisa: a quadra já está lá”, justifica. Ela diz, no entanto, que a bancada não tem ainda posição firmada se vai votar pela manutenção ou derrubada do veto do governador ao projeto.

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

Carlos Moura 26.11.96



Adão Xavier diz que não está pagando pelos votos: “Sem preço”

FAÇANHAS DE UM FILÓSOFO DE INVASÃO

O deputado que acabou colocando o governador Joaquim Roriz numa situação desconfortável é do PPB — partido que apóia o governo. Afinal, perante os invasores de Samambaia, o distrital Adão Xavier fez sua parte. Tentou, pelo menos, regularizar os lotes por eles ocupados. Roriz é que ficará com a imagem desgastada, por não sancionar a lei.

O distrital — que já foi do PFL e do PMDB, no seu primeiro mandato na Câmara Legislativa — nunca foi de provocar grandes incômodos. É de falar pouco. Reservado, como costumam ser os mineiros. Nasceu em Vazante, cidade pequena entre Patos de Minas e Paracatu. Evangélico, da Igreja Assembléia de Deus, priorizava projetos que beneficiassem os “irmãos”. Eis o Dia do Evangélico, comemorado em 30 de novembro. É a lei de maior destaque de Xavier, pai de três filhas, morador e ex-líder comunitário da Ceilândia.

Ele se assustou com o impacto que a aprovação do seu projeto

causou no Palácio do Buriti. E tenta entender por que tanto estrondo. “Nem político eu quis ser. Não estou tentando pagar as pessoas que votaram em mim. Isso é uma coisa que não tem preço. Mas o que puder fazer para ajudar esse povo, vou fazer”, explica o distrital, de 37 anos, de origem humilde, que trabalha desde menino.

Começou vendendo pirulito. “Morava na Vila do Iapé, uma invasão na área que hoje chamam de Guarazinho. Devia ter uns 10 ou 12 anos. Ia a pé até a Torre de Televisão, onde vendia pirulito”, conta o deputado, 2º grau completo, e licenciatura curta de Filosofia na Faculdade Integrada de Filosofia e Teologia, em Brasília.

Depois de pirulito vendeu picolé e jornal, foi engraxate, faxineiro, balconista, padeiro. Chegou a funcionário do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, extinto no governo Collor. Estava desempregado, quando conheceu a secretária Eurides Brito. Virou conveniado da Novacap, cedido para a Administração de Samambaia, como assistente-administrativo. Foi então que começou a envolver-se em movimentos populares e a torna-se político. (RA)